

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DOIS MUNICÍPIOS GAÚCHOS¹

Taciana Angélica Moraes Ribas², Adriano Fritzen³, Thiago Beniz Bieger⁴, Sérgio Luís Allebrandt⁵, Airton Adelar Mueller⁶.

¹ Estudo realizado para a disciplina Sociologia do Desenvolvimento do Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (Mestrado), da Unijuí

² Mestranda em Desenvolvimento. Bolsista CAPES - taciana.ribas@yahoo.com.br

³ Bacharel em Ciências Contábeis e Mestrando em Desenvolvimento pela Unijuí. Professor de graduação (Ciências Contábeis e Administração) na Faísca Faculdades - adrianofritzen@gmail.com

⁴ Mestrando em Desenvolvimento – UNIJUI – bieger@live.com

⁵ Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UNISC. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUI). allebr@unijui.edu.br

⁶ Professor Doutor do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Orientador, airton.mueller@unijui.edu.br

1. Introdução

Na atualidade se tem percebido uma forte discussão acerca do conceito de capital social como desenvolvimento. A sua prática, se compõe como uma das mais difundidas linhas de análise no contexto atual das ciências sociais.

Para Sen (2000), para que ocorra o desenvolvimento, se faz necessário que se excluam as principais veias de privação de liberdade (política, social e econômica), pois o que o sujeito consegue realizar, ou não, influencia diretamente na condição [dele] em ser um cidadão ativo/participante nas decisões dos gestores públicos, que possam ir ao encontro com o desenvolvimento.

Ainda de acordo com Sen (2000), negar tais liberdades é em si uma deficiência, uma vez estas são elementos constitutivos da liberdade humana, uma vez que crescimento econômico é visto [por ele] como um meio de expansão de liberdades e não como um fim em si.

Neste sentido, este estudo propõe um debate central em analisar se as comunidades, neste caso específico dos municípios de Nova Candelária e São Valério do Sul, são capazes de agir coletivamente para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, partindo do conceito de capital social e desenvolvimento, modernidade socioeconômica e comunidade cívica.

Este estudo divide-se nos seguintes subtítulos: a explanação dos procedimentos metodológicos utilizados, uma breve revisão teórica dos principais pontos abordados neste estudo, apresentação do lócus onde realizou-se a pesquisa. Após se apresenta a análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada em conformidade com o conceito de capital social na versão putnamiana, por fim encerra-se com as considerações finais e referências utilizadas na construção de estudo.

1.1 Capital Social

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Uma fonte do capital social advém de Bourdieu citado por Portes (2000, p. 135), o qual afirma que “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis”.

Na concepção de Portes (2000, p. 135), esta definição “torna claro que o capital social é decomponível em dois elementos: em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos”.

Após a publicação do livro *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, de Robert D. Putnam, o qual apresenta a experiência realizada na Itália após a criação de vinte governos regionais a partir de 1970. Após duas décadas de existência, os governos regionais gastavam quase dez por cento do PIB italiano (PUTNAM, 1996).

O capital social segundo Putnam citado por Mueller (2013, p. 12), é um recurso coletivo intangível decorrente das e inerente às respectivas culturas regionais. Estas, no caso italiano, seriam caracterizadas: ou pela existência de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por uma rica e densa vida associativa e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração ou, por uma cultura familista amoral, segundo o qual os indivíduos visam maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear, prevalecendo um cenário quase hobesiano, com reduzidas possibilidades de ações cooperadas e coletivas.

Para que exista capital social, faz-se necessário a existência de uma comunidade cívica, a qual segundo Putnam (1996, p. 119) “se define em parte pela densidade da malha de associações culturais e recreativas locais”. O autor ainda define “três afiliações que são importantes para muitos italianos – os sindicatos, a Igreja e os partidos políticos”.

A originalidade do termo capital social para Portes (2000, p. 134), advém do poder heurístico do capital social provém de duas fontes: em primeiro lugar, o conceito incide sobre as consequências positivas da sociabilidade, pondo de lado as suas características menos atractivas; em segundo lugar, enquadra essas consequências positivas numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o facto de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de acções ou da conta bancária.

O capital social é uma propriedade intangível da sociedade, na concepção de Portes (2000, p.138) “enquanto o capital económico se encontra nas contas bancárias e o capital humano dentro das cabeças das pessoas, o capital social reside na estrutura das suas relações”.

De forma complementar, Portes (2000, p.138) define que “para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios”.

Mueller (2013, p. 12) faz um alerta, que ao “explicar disparidades espaciais via capital social do tipo putnamiano conduz à naturalização e à legitimação das mesmas. Assim, são as regiões mais desenvolvidas que mais razões encontram para destacar sua cultura como variável explicativa de sua condição privilegiada”.

Desta forma, o problema da utilização do capital social de Putnam ocorre, segundo Mueller (2013, p. 12) quando “regiões pouco desenvolvidas assumem e reproduzem o discurso putnamiano, acabam por legitimar as disparidades e assumir o ônus da superação ou continuidades das mesmas”.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

1.2 Modernidade socioeconômica

A modernidade socioeconômica se constituiu após a Revolução Industrial e suas consequências econômicas e sociais. Putnam (1996, p. 97-98) ressalta que “os sociólogos políticos desde há muito sustentam que as perspectivas de um governo democrático estável dependem dessa transformação social e econômica”.

A evolução econômica e social proveniente da modernidade socioeconômica para Fried e Rabinovitz citado por Putnam (1996, p. 98) que “de todas as teorias concebidas para explicar as diferenças de desempenho, a mais convincente é a da modernização”.

1.3 Comunidade cívica

Quanto a comunidade cívica, para Putnam (1996, p. 102), “a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes”.

Um exemplo de ausência de comunidade cívica seria o “familismo amoral”, que Banfield citado por Putnam (1996, p. 102) define como o intuito em “maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear; supor que todos os outros agirão da mesma forma”. Este espírito existente nos cidadãos dificulta a existência de virtude cívica na sociedade.

2. Metodologia

A metodologia utilizada para este estudo decorre de um levantamento bibliográfico e documental realizado em livros, artigos e bancos de dados para verificar a existência de indícios de elementos constituintes de capital social nos municípios selecionados.

Foram selecionados os municípios de Nova Candelária e São Valério do Sul, ambos de pequeno porte aproximado de 2.500 habitantes localizados no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha decorreu pelo fato de esses municípios, apesar de terem características ambientais e regionais semelhantes apresentarem índices de desenvolvimento econômico, social e humano com grandes disparidades.

Para esses municípios foram levantados dados referentes à existência de associações, partidos políticos, presença de religiões e participação popular em eleições e em outras consultas públicas.

O estudo pretende se constituir como um estudo de caso, pois será objeto de análise dos elementos existentes nos municípios pesquisados, se examina sem, no entanto, se manipular os dados levantados (YIN, 2010)

3. Resultados e Discussão

Após a escolha dos municípios alvos deste comparativo, levantou-se os dados disponíveis no site do IBGE, IPEA, TSE e outros, os quais foram analisados, tendo como base elementos considerados como instrumentos de capital social, como associações, partidos políticos, igrejas e a participação em eleições.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

3.1 Associações

O estudo sobre as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, relativo ao ano de 2010, realizado pelo IBGE e pelo IPEA baseados no Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2012) mostrou um retrato das entidades sem fins lucrativos brasileiras. O número de entidades não empresariais existentes em um determinado município pode ser um elemento de análise da participação cidadã e da comunidade cívica.

No município de Nova Candelária existiam 28 entidades privadas sem fins lucrativos que envolviam 2 trabalhadores assalariados e em São Valério do Sul eram 10 entidades, sem nenhum trabalhador assalariado. Quanto às associações sem fins lucrativos, em Nova Candelária existiam 18 unidades em quanto que em São Valério existiam 7 associações.

Nota-se que o município de Nova Candelária tem maior presença de entidades privadas sem fins lucrativos, o que indica, de certa forma, maior participação voluntária da população. No entanto, todo trabalho sem fins lucrativos realizado em São Valério do Sul ocorre de forma voluntária pois não há trabalhadores assalariados nessas associações.

3.2 Partidos políticos

Segundo o TSE – Tribunal Superior Eleitoral, órgão judicial responsável pelos processos eleitorais no país, em Nova Candelária existem, em junho de 2016, seis partidos políticos em atividade, o PP – Partido Progressista, o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o PDT – Partido Democrático Trabalhista, o PT – Partido dos Trabalhadores e o PSB – Partido Socialista Brasileiro. Em São Valério do Sul estão representados cinco partidos, os quais são: PP – Partido Progressista, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, o PDT – Partido Democrático Trabalhista, o PT – Partido dos Trabalhadores e o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, dentre as 35 agremiações partidárias existentes atualmente registradas junto ao TSE (TSE, 2016).

Nota-se que os maiores partidos políticos do país têm representação nos municípios pesquisados, ou seja, esses municípios, apesar de serem de porte pequeno e se localizarem no interior do Estado do Rio Grande do Sul, estão integrados à vida política nacional por meio de seus eleitores que são filiados a algum partido. Também, deve se ressaltar que o município de Nova Candelária possui um maior número de partidos políticos constituídos, tendo seis, contra os cinco presentes em São Valério do Sul.

3.3 Igreja

Tanto o município de Nova Candelária quanto o de São Valério do Sul apresentam alto grau de pessoas que se declaram como professantes de uma determinada religião, como mostra a Quadro o quadro 1

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Religião	Município X Variável			
	Nova Candelária – RS		São Valério do Sul – RS	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Total	2.751	100,00	2.647	100,00
Católica Apostólica Romana	2.383	86,64	1.848	69,81
Evangélicas de Missão	318	11,56	38	1,45
Evang. de origem pentecostal	37	1,33	575	21,72
Evangélica não determinada	13	0,47	186	7,03

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Quadro 1 – População que professa alguma religião no município

É possível extrair, pela análise dos dados constantes na tabela 1, que todas as pessoas recenseadas nesses municípios no ano de 2010 se declaram professar alguma religião. O Censo Demográfico não faz distinção se há prática regular da religião declarada, o que possibilitaria melhor juízo sobre a importância da religiosidade nessas comunidades.

Entre as diferenças encontradas entre os municípios analisados, nota-se que em Nova Candelária ainda há predominância maior da religião católica, com 86,64% ante 69,81% da população professante dessa religião em São Valério do Sul. Já a proporção de pessoas que professam a religião evangélica de origem pentecostal tem maior participação relativa em São Valério do Sul frente a Nova Candelária, com 21,72% e 1,33% respectivamente refletindo uma realidade vivenciada pelo país, de aumento da população que migra da religião católica para a evangélica de origem pentecostal.

3.4 Participação em eleições

Apesar dos estudos de Putnam apontarem somente para a análise da participação da comunidade em eleições como um dos fatores de métrica da comunidade cívica, essa pesquisa ampliou o âmbito de informações para incluir também a participação das comunidades analisadas no referendo realizado no ano de 2005 que se referiu à lei do desarmamento.

No Quadro 2 estão dispostos dados coletados referentes às eleições gerais de 2014 e 2010 e às eleições municipais de 2012 e 2008. Foram verificados os dados constantes para as votações para Presidente da República, nas eleições gerais, e Prefeito, nas eleições locais.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Ano	Nova Candelária				São Valério do Sul			
	Eleitorado	Votantes	%	Resultado	Eleitorado	Votantes	%	Resultado
2005	2200	1972	0,9	90,03% Não	1981	1447	0,73	86,49% Não

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Quadro 2 – Participação em eleições

A participação das comunidades de Nova Candelária e São Valério do Sul nas eleições nos últimos oito anos, mesmo que considerando a obrigatoriedade legal de participação nas eleições, é alta com mais de 75% de participação em todos os casos e mais de 90% de participação em sete das oito eleições analisadas.

É possível inferir algumas semelhanças entre os dois municípios, como o maior interesse na participação em eleições locais, realizadas em 2008 e 2012, em que a participação chega a aproximadamente 95% em todos os casos. Dentre as diferenças encontradas se nota que a proporção de votos Em Branco é maior no município de Nova Candelária, o que pode demonstrar uma maior reação crítica às opções apresentadas entre os candidatos em cada processo eleitoral.

Ainda, conforme o Quadro 3, continua alta a participação popular nos dois municípios analisados quando se defronta com um processo democrático diferente de eleição, como foi o caso do referendo de 2005, em que a população foi convocada a opinar sobre a Lei do Estatuto do Desarmamento.

Ano	Nova Candelária				São Valério do Sul			
	Eleitorado	Votantes	%	Resultado	Eleitorado	Votantes	%	Resultado
2005	2200	1972	0,9	90,03% Não	1981	1447	0,73	86,49% Não

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Quadro 3 – Participação popular no referendo de 2005

Apesar de ter havido grande participação, acima de 70%, de votantes nos dois municípios, houve maior participação em Nova Candelária, o que se refletiu também no maior resultado relativo de votos contrários ao Estatuto do Desarmamento.

4. Considerações finais

As cidades escolhidas têm algumas semelhanças no entanto pode-se constatar características específicas. Percebeu-se que a cultura, influencia diretamente no capital social resultando no desenvolvimento, porém de forma diferente, uma vez que o capital social é dependente dos fatores culturais e independente do resultado desenvolvimento.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Sendo assim, conforme foi visto neste estudo, são muitas as formas de mobilização e produção de capital social, os quais foram analisados por meio de categorias de participação social, política e econômica da sociedade.

Contudo, chega-se a constatação de que a existência de capital social pode aumentar o desempenho das instituições, tornando-as mais eficientes e responsáveis, possibilitando o desenvolvimento, por meio de sua atuação nos processos de decisão.

5. Palavras chave

Democracia; Comunidade Cívica; Participação; Capital Social.

6. Referências bibliográficas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62841.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

KLIKSBERG, Bernardo. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. Revista CEPAL, n. 69, p. 85-102, dic. 1999.

MUELLER, Airtton A. Usos e armadilhas políticas inerentes à versão putnamiana de capital social. Revista Espaço Acadêmico, N° 145, jun. 2013.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, problemas e práticas, N° 33, p. 133 – 158, 2000.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Partidos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____. Eleições. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.